

EDITAL PARA A CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AO ABRIGO DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO (LTFP) E DO ARTIGO 121º DA LEI Nº 62/2007, DE 10 DE SETEMBRO (RJIES)

Encontra-se aberto por despacho do Presidente do Instituto Politécnico de 27 de janeiro de 2020 concurso para a contratação de um Técnico Superior, no âmbito do projeto CULTIVAR - Rede de competências para o desenvolvimento sustentável e inovação no setor Agroalimentar, CENTRO-01-0145-FEDER-000020, em regime de contrato individual de trabalho a termo certo para a execução de projeto de investigação e desenvolvimento, nas seguintes condições:

Descrição do posto de trabalho a concurso: As atividades a desenvolver contempladas no âmbito do projeto supracitado fazem parte dos Working Packages previstos no projeto, com particular dedicação ao WP 4.3 – Conservação dos recursos genéticos endógenos, com avaliação de dinâmicas populacionais e necessidade de reforço populacional ou reintrodução de espécies ameaçadas, bem como a conservação dos recursos genéticos endógenos selecionados com estratégias de conservação do seu germoplasma ex situ e in situ.

Local de trabalho: O trabalho será desenvolvido Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco e no Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior, Quinta da Srª de Mércules, 6001-909 Castelo Branco.

Natureza do contrato e montante da remuneração mensal: Será celebrado um contrato individual de trabalho a termo certo, em que o período normal de trabalho semanal é 35 horas. A retribuição será de 995,51 € € (novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e im centimos), correspondente 1ª remuneratória e 11 nível remuneratório da categoria de técnico superior, constante do anexo III ao Decreto Regulamentar nº 14/2008, de 31 de julho e da tabela remuneratória aprovada pela Portaria nº 1553-C/2008, de 31 de dezembro, tendo em consideração a duração semanal do trabalho a prestar.

Duração do contrato: o contrato terá a duração de 26 meses.

Legislação aplicável: artigo 7º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) e respetivas alterações, artigo 122º da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro (RJIES), em conjugação com o disposto no Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro e com as subsequentes alterações.

Requisitos de admissão: Grau de mestre em Biologia ou área afim com preferência para a área da Biodiversidade Vegetal, com experiência nas áreas da diversidade e dos recursos das plantas associados à sua utilização como potencial gerador de atividades económicas e criação de riqueza nos ecossistemas agroalimentares. Estas competências deverão incluir experiência sobre avaliação de cenários das mudanças climáticas e da degradação ambiental.

Métodos de seleção: O método de seleção a utilizar será avaliação curricular. No entanto, se da aplicação deste método resultar igualdade de valoração entre os candidatos, será aplicado o método entrevista.

A Classificação do método de seleção avaliação curricular será obtida através da seguinte fórmula: Classificação final (CF) será dada pela fórmula: $CF = 0,7 \times A + 0,3 \times B$

a) Apreciação do currículo académico, científico, técnico e profissional, de acordo com grelha de avaliação (A)

b) Experiência demonstrada segundo requisitos de admissão solicitados (B)

Composição do júri de seleção: Presidente: José Carlos Dias Duarte Gonçalves, Professor Coordenador da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco; vogais efetivos: Fernanda Maria Grácio Delgado Ferreira de Sousa, Professora Adjunta da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Maria Teresa Pita Pegado Gonçalves Rodrigues Coelho, Professora Adjunta da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco; Vogais suplentes: Carlos Manuel Gaspar dos Reis, Professor Adjunto da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco e João Paulo Batista Carneiro, Professor Adjunto da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

O Presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo primeiro vogal efetivo.

Forma de publicitação/notificação dos resultados: Os candidatos serão notificados, através de ofício registado ou através de email com recibo de entrega da notificação, do resultado final da avaliação e a lista ordenada por classificação final será disponibilizada na página eletrónica do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Prazo limite de apresentação de candidatura: 18 de fevereiro de 2020.

Forma de apresentação da candidatura: As candidaturas devem ser formalizadas através do envio de requerimento dirigido ao Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, com a identificação do candidato e do concurso em referência. Este requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Fotocópia do certificado de habilitações académicas;

- b) Currículo profissional detalhado e atualizado;
- c) Fotocópias comprovativas das habilitações profissionais e da formação profissional constantes do currículo profissional.

A entrega da candidatura poderá ser efetuada:

Pessoalmente, na Avenida Pedro Álvares Cabral, 12, 6000-084 Castelo Branco, durante as horas normais de expediente (das 9:00 às 12.30 horas e das 14:00 às 17:30 horas); ou através de correio registado e com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado, para a morada anterior, atendendo-se, neste caso, à data do registo.

4 de fevereiro de 2020 - O Vice-Presidente, Nuno Filipe Alves Gaiola Castela, no uso de competência delegada